
LINGUAGEM, CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E LUGAR DE FALA

LANGUAGE, CONSTRUCTION OF THE SUBJECT
AND PLACE OF SPEECH

LENGUAJE, CONSTRUCCIÓN DEL SUJETO
Y LUGAR DE HABLAR

Elisa Aguiar Volpato¹

Resumo

Historicamente a linguagem sempre desempenhou um papel fundamental para a construção da sociedade e dos indivíduos que a ela pertencem. O sujeito constrói e é construído pela linguagem através de associações. Enquanto ser social o sujeito precisa da linguagem verbal e não verbal para a expressão, a compreensão, a comunicação, a transmissão de conhecimentos e as reproduções. O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o papel e o funcionamento da linguagem enquanto ferramenta de construção da subjetividade do sujeito e apontar a importância de grupos minoritários ocuparem os lugares de fala. O artigo foi feito a partir de uma revisão bibliográfica sobre os temas discurso, língua, linguagem, lugar de fala e construção do sujeito. Compreendendo que a linguagem e o discurso são fundamentais para a construção do sujeito na sociedade, é essencial que os discursos de grupos minoritários ocupem lugares socialmente visíveis.

Palavras-Chave: Lugar de fala; Linguagem; Psicanálise; Sujeito.

Abstract

Historically, language has always played a fundamental role in the construction of society and the individuals who belong to it. The subject builds and is constructed by language through associations. As a social being, the subject needs verbal and non-verbal language for expression, understanding, communication, transmission of knowledge and reproductions. This article aims to discuss the role and functioning of language as a tool for the construction of subjectivity of the subject, and to point out the importance of minority groups occupying the places of speech. The article was based on a literature review on the themes of discourse, speech, language, standpoint speech and construction of the subject. Understanding that language and discourse are fundamental for the construction of the subject in society, it is essential that the discourses of minority groups occupy socially visible places.

Keywords: Standpoint speech; Language; Psychoanalysis; Subject.

Resumen

Históricamente, el lenguaje siempre ha jugado un papel fundamental en la

¹ UniBrasil - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Bacharel em Psicologia.

construcción de la sociedad y de los individuos que la integran. El sujeto construye y se construye mediante el lenguaje a través de asociaciones. Como ser social, el sujeto necesita un lenguaje verbal y no verbal para la expresión, comprensión, comunicación, transmisión de conocimientos y reproducciones. Este artículo tiene como objetivo discutir el papel y funcionamiento del lenguaje como herramienta para la construcción de la subjetividad del sujeto, y señalar la importancia de que los grupos minoritarios ocupen los lugares de habla. El artículo se basó en una revisión de la literatura sobre los temas del discurso, el lenguaje, el lenguaje, el lugar del habla y la construcción del sujeto. Entendiendo que el lenguaje y el discurso son fundamentales para la construcción del sujeto en la sociedad, es fundamental que los discursos de los grupos minoritarios ocupen lugares socialmente visibles.

Palabras clave: Lugar de habla; Idioma; Psicoanálisis; Sujeto.

INTRODUÇÃO

A linguagem sempre exerceu um importante papel na história da humanidade. Segundo Harari (2011), a linguagem tornou possível a formação de sociedades, a transmissão de conhecimentos e a compreensão entre indivíduos. O autor atribui essa importância à versatilidade da linguagem humana e aponta que só é possível existir sociedades enquanto houver linguagem.

Compreendendo a linguagem enquanto uma ferramenta essencial para o ser humano, que, ao mesmo tempo, a constrói e é construído por ela enquanto sujeito, o presente artigo busca discorrer sobre a importância e o funcionamento da linguagem como ferramenta de construção da subjetividade do sujeito e apontar a importância social de que indivíduos pertencentes a grupos minoritários ocupem os chamados lugares de fala. O artigo foi feito a partir de uma revisão bibliográfica sobre os temas discursos, lugar de fala, linguagem e construção do sujeito.

A relação entre linguagem e sujeito tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento como a linguística, a comunicação e a psicologia. Inicialmente, será apresentado, de forma resumida, o percurso histórico da linguística a partir de duas perspectivas distintas das linguísticas sobre a linguagem. De acordo com Brandão (1998), os estudos da linguagem são frutos da obra de Ferdinand de Saussure, precursor da linguística enquanto campo de estudo da linguagem. A autora afirma que, apesar do reconhecimento de sua obra, os limites das dicotomias propostas na linguística saussuriana logo surgiram, principalmente em relação à exclusão do enunciado enquanto objeto de análise. Historicamente, a teoria da enunciação de Mikhail Bakhtin tomou o enunciado como objeto de estudo da

linguagem e, conforme Orlandi (2009), o objetivo era mostrar a enunciação enquanto fenômeno social e mostrar que as palavras são determinadas tanto por quem as emite quanto por quem as recebe.

Segundo Longo (2006), as línguas são produtos sociais da linguagem, sendo adotadas pelos indivíduos para facilitar a comunicação e a compreensão entre eles, enquanto a linguagem pertence tanto aos domínios culturais quanto individuais. Conforme a autora, as línguas (inglês, francês, alemão, italiano) foram construídas de forma ternária, enfatizando o homem como ser falante e o tornando inseparável da linguagem. As línguas naturais apresentam três elementos chaves: o eu (quem fala), o tu (quem ouve) e o ele (o assunto de que se fala), ou seja, o locutor sempre precisa falar para seu ouvinte sobre algo, produzindo, então, a comunicação.

Conforme Orlandi (2009), a linguagem está intimamente relacionada aos signos. Estes são sinais produzidos por meio da fala e da escrita que podem ser expressos de diversas formas além da linguagem verbal, como, por exemplo, a pintura, a mímica, a moda e os diversos outros meios pelos quais o homem expressa o mundo interno. A autora aponta que o homem utiliza os signos para diversos fins como: se comunicar, representar pensamentos, exercer o poder, elaborar sua cultura e sua identidade, processos que colocam o homem na dimensão simbólica, responsável pela articulação entre a realidade social e a natural. Conforme Brandão (1998), a concepção de linguagem enquanto atravessada pela subjetividade e pela sociedade fez com que os estudiosos do tema voltassem o foco para uma definição de linguagem afastada da noção saussuriana e do pressuposto de neutralidade ideológica, passando, então, a estudar o discurso. Para Brandão (1998) o discurso é uma instância da linguagem que articula os processos ideológicos com os fenômenos linguísticos. O discurso não tem a linguagem apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, mas enquanto um modo de produção social. Portanto, a linguagem enquanto discurso não é neutra ou natural, pois é um lugar de manifestação de ideologias.

Segundo Orlandi (2009), a Análise do Discurso busca compreender a relação entre linguagem e condições de produção do discurso (exterioridade), como o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social (ideologia). Nesse sentido, a autora destaca que o discurso é compreendido não apenas como um transmissor de informações, mas como efeito de sentido entre locutores, pois há

relação de sentidos que são estabelecidos em um contexto social e histórico.

Buscando articular a relação entre discurso e poder, Foucault (1971, p. 9) afirma que as produções discursivas nas sociedades são “controladas, selecionadas, organizadas e então redistribuídas” por meio de procedimentos de exclusão que operam em três sistemas: a interdição, a separação/rejeição e o sistema histórico. Conforme Foucault (1971), a interdição pode operar de três formas: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito de quem fala. O autor afirma que esses três acabam se cruzando e se reforçando ou compensando. A separação/rejeição está relacionada a não escuta social de discursos pela crença de que não possuem verdades ou importância. E, por último, o sistema histórico nos quais determinados discursos são valorizados e acabam exercendo pressão e poder de constrangimento de outros discursos. O procedimento do sistema histórico está relacionado com a verdade, a moral e o raciocínio, e é chamado por Foucault (1971) de vontade de verdade. O autor argumenta que existem diferenças entre a verdade, a possibilidade de verdade e o verdadeiro; que o discurso é o encadeamento entre significantes e discursos externos, portanto, o foco do discurso é o significante; e que a estrutura social faz a manutenção dos valores que estarão relacionados à validação e a disseminação dos discursos.

Segundo Ribeiro (2017), a linguagem também pode ser compreendida como um mecanismo de manutenção de poder. A sociedade possui uma hierarquia de discursos, que valoriza e visibiliza determinados discursos em detrimento de outros justamente para manter as chamadas narrativas dominantes no poder. A autora ressalta a importância de que a sociedade mantenha um compromisso em mostrar diferentes pontos de vista sobre as realidades para além da narrativa dominante, uma vez que essa tende a dar espaço aos estereótipos, aos preconceitos e às discriminações justamente por não permitir que as narrativas de minorias tenham um lugar de peso na sociedade.

O artigo foi dividido em três seções. A primeira, Língua, Linguagem e Cultura, relaciona estes três principais elementos de discussão apresentando uma perspectiva de que a língua influencia na forma com que os indivíduos pensam e mostrando a relação entre linguagem e cultura para apresentar a forma com que o contexto social interfere. A segunda, A Construção do Sujeito, objetiva abordar a partir da Psicanálise o papel da linguagem na construção da subjetividade dos indivíduos e a relação dessa construção com seu próprio discurso e com o do Outro. E a terceira, Lugar de Fala,

desenvolve uma relação entre a linguagem, a construção do sujeito e a posição que este ocupa na sociedade quando fala sobre si a partir de suas experiências enquanto pertencente a grupos minoritários.

LÍNGUA, LINGUAGEM E CULTURA

De acordo com Longo (2006), a linguagem humana é o que existe entre o eu e o outro, pois, para viver dentro de grupos, e posteriormente, dentro de uma sociedade, o homem se viu obrigado a colocar sua fala e seu pensamento dentro da linguagem para organizar seus pensamentos, se expressar e se comunicar. A autora afirma que o mundo antes da linguagem é, para o homem, estranho e absurdo, até que este possa fazer uma aproximação simbólica pela via da linguagem e da fala.

Conforme Longo (2006), cada língua enquanto produto social da linguagem representa um universo. Portanto, aprender uma língua diferente da materna exige a aquisição e a compreensão de formas específicas de ver, de nomear e de organizar o mundo, e, como consequência, fornece ao indivíduo uma nova visão cultural, social e individual. Para a autora, a linguagem é a única possibilidade de subjetividade, pois é por meio dela que o homem se constitui enquanto sujeito.

Segundo Santos (1996), a cultura pode ser compreendida de mais de uma forma, inclusive como dimensão do processo social, relacionada a todos os aspectos da vida social e como uma construção histórica. Nesse sentido, o autor a coloca enquanto produto coletivo da vida humana. Portanto, a linguagem, a língua e a cultura se articulam. Sobre essa relação, Laraia (2001) afirma que a comunicação entre seres humanos é um processo cultural e que, nesse sentido, a linguagem humana é ao mesmo tempo um produto da cultura e a forma com que o homem transmite suas experiências e seus conhecimentos para os demais, formando um processo de acumulação que estará relacionado com a própria formação da cultura.

Portanto, diante da relação entre esses três conceitos, é possível afirmar que a linguagem não se apresenta como neutra e, a partir da concepção de discurso apresentada por Brandão (1998), é possível compreender o papel da sociedade. Esse papel estará relacionado com a ideologia.

Para Brandão (1998), a concepção de linguagem enquanto interação social coloca o Outro a desempenhar um importante papel na constituição dos significados. A autora aponta que a linguística precisa de um sistema que articule o linguístico e o

social, a linguagem e a ideologia: o discurso. É justamente entre o elemento representado e o signo que a representa que reside o ideológico. A ideologia é explicada por Chauí (2001) da seguinte forma: a sociedade apresenta aos indivíduos ideias, normas e valores que podem parecer contraditórias ao mundo real. A autora exemplifica:

[...] Assim, por exemplo, faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens. Ora, na realidade sabemos que isto não ocorre. Nossa tendência, então, será a de dizer que há uma contradição entre a ideia de educação e a realidade. Na verdade, porém, essa contradição existe porque simplesmente exprime, sem saber, uma outra: a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores. [...] (CHAUÍ, 2001, p. 63)

Em outras palavras, Chauí (2001) afirma que a tendência é acreditar que a contradição é entre ideia (conceito, afirmação, teoria) e realidade (como a ideia é aplicada na prática), quando efetivamente a contradição está na verdade oculta. É justamente nessa verdade oculta que se encontra a ideologia, que sempre estará relacionada com a forma com que as relações sociais são produzidas e como essas são utilizadas para exploração e dominação.

Para Chauí (2001), será justamente por meio das ideologias que os homens irão legitimar as condições sociais de exploração e de dominação, e acreditarão que na verdade elas são verdadeiras e justas. No entanto, a autora aponta que as ideologias são fundamentais para a existência histórica dos homens, pois podem, através de ações, reproduzir as relações já existentes ou transformá-las.

Sendo assim, Chauí (2001) compreende ideologia como um dos meios com os quais a dominação é exercida, pois é justamente sem se fazer perceber por quem está sendo dominado que a ideologia é apresentada pela classe dominante às demais classes sociais e se tornam ideias dominantes. Conforme Brandão (1998), uma sociedade não pode deixar tudo explícito, pois, caso o faça, corre o risco de expor essas contradições sociais e é essa característica da ideologia que marca o discurso dos sujeitos de modo ideológico, fazendo com que existam lacunas no discurso social que tendem a favorecer, por meio da ideologia, a classe dominante. Segundo Brandão (1998), os sujeitos são constituídos através de ideologias e, uma vez que estas buscam apagar possíveis contradições, o discurso produzido se torna ideológico quando utilizado para legitimar o poder de uma classe ou grupo social. A linguagem é constituída sócio historicamente, e, portanto, é um lugar de conflito e confronto

ideológico. Para a autora, em uma ampla concepção, a ideologia representa uma forma de ver o mundo e, articulada com a linguagem, tem como consequência fazer com que todos os discursos se apresentem como ideológicos. Assim, compreender a linguagem enquanto discurso a coloca enquanto interação social e, como consequência, já não se pode compreendê-la como sendo neutra uma vez que é atravessada pela ideologia.

Justamente por estarem relacionados com os contextos sócio-históricos, Orlandi (2009) aponta para o fato de que os significados atribuídos podem ser variáveis e que estão relacionados com o confronto de forças e de poderes na sociedade dentro da dimensão ideológica, fazendo com que a história pessoal do sujeito também seja considerada para se refletir sobre a linguagem e sobre os processos de significação.

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

A relação entre linguagem e sujeito também ocupa um espaço importante na teoria psicanalítica. Compreender essa relação exige conhecer quem é o sujeito para a Psicanálise e, portanto, será apresentado brevemente o contexto histórico de seu surgimento e o que isso implica para a concepção de sujeito. Conforme Torezan e Aguiar (2011), a Psicanálise surgiu em um contexto em que o discurso científico havia substituído o discurso teológico. A noção de subjetividade era dominada pela razão, em que o homem era tido como consciente de seus atos e pensamentos, o inconsciente era, até então, considerado como um apêndice da consciência e esta era o que constituía o homem. Os autores apontam que, dentro desse contexto, Sigmund Freud forneceu um novo conceito de inconsciente que passou a ser compreendido como uma estrutura determinante e que constitui a subjetividade.

Para a Psicanálise, o inconsciente é um sistema que opera de formas e por leis próprias, distintas da consciência. Quando Freud (1917, p. 184) argumenta que há uma dificuldade afetiva para a Psicanálise e que a descoberta dos processos mentais inconscientes é uma das três afrontas científicas feitas à humanidade, pois mostra, ao homem, que possui limites “em sua própria casa”, ou seja, dentro da psique do indivíduo, existem limitações do que pode controlar em relação ao que faz, sente, pensa ou fala.

É possível notar a presença e a importância da linguagem na teoria freudiana

quando Freud fala sobre a formação dos sonhos, os chistes, os lapsos de linguagem, os equívocos, os atos falhos e as demais formas que o autor apresenta enquanto relacionadas com o inconsciente. No entanto, conforme Torezan e Aguiar (2011), enquanto a teoria freudiana apresenta fundamentos na Biologia, na Neurologia e na Física, Jacques Lacan realiza uma releitura da obra freudiana a partir das influências da filosofia alemã, da linguística estrutural de Saussure e do estruturalismo de Lévi-Strauss para resgatar os fundamentos freudianos, incluindo os conceitos de inconsciente e de sujeito. Segundo Torezan e Aguiar (2011), nos aforismos lacanianos de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e de que o sujeito é efeito do significante, o que está sendo dito é que, quando o homem nasce, ele está inserido em uma ordem humana e social que antecede seu nascimento, pois já está presente a linguagem.

A influência da linguística saussuriana na obra de Jacques Lacan é importante para compreender a relação entre pensamento e linguagem enquanto um sistema de causa e efeito para as representações. Conforme Orlandi (2009), a linguística de Saussure é apresentada por meio de um sistema de signos explicados pelo conceito de signo linguístico: o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), enquanto a imagem acústica é a imagem feita no cérebro diante de um signo.

Segundo Longo (2006), o signo linguístico é regido por dois princípios: linearidade, responsável por organizar o discurso de forma ordenada, e da causalidade, a forma com que o discurso é apresentado ao ouvinte para que este não se perca. Para Longo (2006), o pensamento depende das associações feitas pelo sujeito, que acontecem de forma livre e simultânea. O pensamento não depende da causalidade e da linearidade. No entanto, para facilitar a comunicação, a língua exige causalidade: para expressar os pensamentos de forma que o outro consiga entender, o sujeito precisa restringir seus pensamentos a linearidade e a causalidade. Caso isso não ocorra, a autora aponta que isso pode acarretar o constrangimento do pensamento (tropeços de fala).

Para Birner (1999), a diferença na linguagem e no pensamento está relacionada diretamente com a cultura, referindo-se a esses três elementos como as bases do cérebro e que afetam uns aos outros. A autora aponta que a cultura pode influenciar a forma como alguém pensa e fala uma vez que a linguagem não força os indivíduos a pensarem de uma determinada forma, mas que afeta a percepção deles.

Conforme Longo (2006), Jacques Lacan utiliza o signo linguístico e o modifica. Na teoria lacaniana, não existe relação fixa entre significante e significado, pois estes são formados de forma inconsciente, portanto o sujeito consegue atingir o sentido do que se fala apenas em alguns momentos.

Segundo Orlandi (2009), entre as diversas perspectivas teóricas que compõem a Linguística, está teoria da enunciação, que coloca o sujeito como centro da reflexão e tem como principal interesse o processo de enunciação, buscando refletir como o sujeito se marca quando fala e como se relaciona com o que diz. Nesse sentido, a comunicação é uma consequência da propriedade da linguagem, da constituição do sujeito e da capacidade do locutor de se colocar enquanto sujeito ao emitir um enunciado e passando a se colocar (eu) e seu interlocutor (tu).

Portanto, conforme Torezan e Aguiar (2011, p. 535) colocam “o sujeito, para a psicanálise, é aquele que se constitui na relação com o Outro através da linguagem”. Segundo Hentz (2000), essa construção também pode ser entendida como um processo educativo e como um produto das relações sociais com as construções históricas. Conforme Souza (2012), quando o sujeito fala de si e de seu lugar, faz associações e interpretações de seus desejos, vontades, fantasias, enganos e falhas. Sendo assim, não é possível pensar na linguagem apenas como um instrumento de comunicação e de transmissão de informações, pois carrega consigo uma rede de significantes que são essenciais para os processos de construção da identidade do sujeito.

Para a Psicanálise, a constituição do sujeito é feita por meio da linguagem, ou seja, depende da elaboração e da administração dos símbolos recebidos. Sendo a linguagem determinada pelo momento histórico, social e por conflitos ideológicos, os sujeitos também são constituídos pelos discursos aos quais são submetidos ao longo de suas vidas e é de forma muitas vezes inconsciente que o sujeito faz associações que serão reproduzidas em seu próprio discurso.

LUGAR DE FALA

No Brasil, o conceito de lugar de fala foi popularizado por Djamila Ribeiro (2017), afirmando que o conceito diz respeito ao lugar social que o sujeito ocupa dentro das relações de poder presentes na sociedade. A autora afirma que os movimentos sociais e as discussões em redes sociais muitas vezes utilizam um

conceito esvaziado do lugar de fala ao afirmar que alguém não possui lugar para falar sobre algo. A própria origem do termo é imprecisa e, de acordo com a autora, acredita-se que tenha surgido do *feminist stand point* (ponto de vista feminista).

O conceito de lugar de fala não é sobre poder ou não discursar (falar) sobre determinados assuntos ou mais sobre alguns do que outros. Na realidade, o conceito de lugar de fala é justamente uma localização do sujeito no discurso. O conceito, com certeza, também fornece uma importante reflexão e discussão sobre os espaços de escuta e de visibilidade que determinados grupos sociais possuem em detrimento de grupos minoritários.

A reflexão de como o conceito de lugar de fala é aplicado no debate virtual e nos movimentos sociais, como uma forma de autorização discursiva, é mostrado por Ribeiro (2017, p 36), quando a autora reflete a partir de referências que questionam quem pode falar dentro da sociedade. Conforme a autora, existem grupos sociais que possuem experiências resultantes do lugar social que ocupam que dificultam ou impedem o acesso a determinados espaços e, conseqüentemente, impossibilita que vozes de indivíduos pertencentes a esses grupos sejam ouvidas, pois, conforme a autora, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”. A partir do pensamento da autora, é possível refletir que não basta apenas falar, é necessário também que esses discursos sejam ouvidos. E, portanto, o lugar de fala também diz respeito à dificuldade de indivíduos de grupos minoritários de serem ouvidos em um espaço social visível.

Para a Análise do Discurso, o conceito de lugar de fala é utilizado por diversos autores para articular as relações de poder presentes nos discursos a partir das posições ocupadas pelos enunciadores (quem fala). Ribeiro (2017) traz que determinados grupos se encontram em lugares de silêncio estrutural devido a desigualdade de oportunidades e de condições sociais uma vez que estas dificultam que determinadas produções intelectuais, de saberes e de vozes sejam visibilizados e legitimados na sociedade.

Conforme França (2001), a sociedade exige que os sujeitos assumam determinados papéis diante de circunstâncias e de espaços variáveis. As cidades ao redor do mundo sempre possuíram diversas culturas que coexistiram e, a partir da diversidade cultural, os sujeitos formaram grupos sociais nos quais desempenham papéis diversificados. A autora aponta que é por meio da fala, das palavras e do

discurso que os sujeitos constroem a si mesmos e aos grupos.

Para França (2001), a identidade é formada por meio dos discursos, estabelecendo semelhanças e diferenças. A construção da identidade dos sujeitos, trabalhada na seção anterior a partir da Psicanálise, também é descrita por Hall (2006), quando afirma que a identidade é formada através de processos inconscientes, sendo construída através dos preenchimentos feitos pelo sujeito a partir do exterior e da forma com que imagina ser visto pelos outros. Para o autor, é por meio dos discursos que as ideias e as crenças são difundidas e repetidas, se cristalizando no meio social e estabelecendo valores, funções e posições a serem ocupadas pelos indivíduos.

Compreendendo a importância da visibilidade dos discursos de grupos minoritários e que estes locais de escuta e de fala não são facilmente acessados por determinados indivíduos, Pereira (2018) aponta o conceito de lugar de fala como uma posição de confronto frente aos conhecimentos acadêmico e social produzido que têm como objetivo abrir espaços sociais para visibilizar movimentos sociais e os indivíduos que pertencem a eles. De acordo com Ribeiro (2017, p. 34), o lugar de fala representa o ponto de partida do qual os sujeitos discursam, mas que “[...] quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania [...]”.

Conforme aponta Ribeiro (2017), um argumento frequentemente utilizado para desqualificar o posicionamento de alguém sobre algo é apontar que o relato parte somente das vivências do sujeito, como se não fosse originada de uma experiência provinda de sua localização social. A autora coloca que, apesar da importância das experiências individuais, é necessário também entender quais são as condições sociais que constituem o grupo em que o sujeito está inserido e como o grupo possui e compartilha de experiências similares. Para Brandão (1998), o sujeito sempre fala de um lugar e seu discurso se torna um gerador de poder quando é vinculado ao saber institucional.

Segundo França (2001), mesmo em sociedades diversificadas culturalmente, encontra-se a intolerância ao outro. Os indivíduos pertencentes aos grupos minoritários e marginalizados que representam socialmente o Outro dentro do grande grupo social não aparentam ter lugar de fala perante a sociedade e não ocupam lugar

de destaque, não protagonizam as manchetes nos jornais ou reportagens nos telejornais, ocupando outra vertente social: a do crime, a da violência e o da morte, e, com o tempo e o fluxo constante de manchetes relacionadas à esses grupos, essas temáticas são normalizadas pela sociedade, formando a visão social de mundo tida do Outro. O argumento central levantado pela autora é de que esses grupos não são representados por indivíduos que de fato pertençam a eles, mas são representados a partir de uma visão de um “nós” que fala do “outro”.

Segundo Gondim e Fischer (2009), indivíduos e grupos tendem a olhar o Outro como um estranho, fazendo com que seu modo de ver e agir frente a outros indivíduos e grupos de culturas diferentes tenham parâmetros excludentes, exemplificados na distinção social feita entre “nós” e “eles”. Os autores apontam que os elementos de um discurso atingem posição significativa quando este objetiva a construção de um sentido, não apenas obedecendo regras de estruturação entre pensamento e linguagem individual, mas também expressando pensamentos coletivos que partem do lugar do qual a pessoa fala de dentro de um mundo social.

Para Amaral e Cadorin (2017, p. 4), o distanciamento feito pela promoção do pensamento social de “nós” e “eles” resulta na estigmatização negativa das minorias e facilita a generalização das diferenças, reais ou imaginárias, para o benefício daquele que discrimina, como forma de buscar justificar seu discurso e suas ações marcados pelo preconceito. Segundo os autores, um dos pontos mais importantes das influências que tais discursos violentos exercem nos indivíduos é fazer com que os indivíduos pertencentes a grupos minoritários acabem internalizando o pensamento e a visão estigmatizada.

A sociedade, ainda hoje, no entanto, apresenta discursos com a função de impedir a movimentação social e de conversar sobre a dinâmica de poder existente. Por meio desses discursos, torna-se possível para os que detêm o poder e se veem beneficiados por tais paradigmas usarem as massas para preservar os moldes culturais em que se organizam e, ainda, justificar todas as violências que os grupos não beneficiados sofrem (AMARAL E CADORIN, 2017, p. 3). Além do discurso dominante ser utilizado, conforme Ribeiro (2017), como um mecanismo de manutenção de poder que dificulta que as narrativas de grupos minoritários ocupem lugares de visibilidade social, é possível verificar que esses grupos estão frequentemente sendo alvo de discursos de ódio. As análises feitas por Amaral e

Cadorin (2017) de discursos de ódio de teores misógeno, racista e homofóbico fornecem um elemento comum presente nos três casos: a falta de visibilidade desses grupos diante da sociedade e a constante luta dos movimentos que buscam ganhar e assegurar direitos para essas populações, mas, antes de tudo, a falta de lugar para emitir um discurso próprio, o mais livre possível dos estereótipos e da discriminação criados justamente pela falta de informação, de lugar e de possibilidade de escuta social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta desse artigo em discorrer sobre o funcionamento da linguagem enquanto ferramenta de construção dos sujeitos e em apontar a importância de grupos minoritários ocuparem um lugar de fala socialmente visível, foi possível compreender que a linguagem desempenha um importante papel não apenas na construção do sujeito enquanto ser social, mas também enquanto ser subjetivo que depende dos significantes e dos significados apresentados socialmente. Conforme apresentado na primeira e na segunda seções desse artigo, é por meio da linguagem, dos significantes e dos significados que o sujeito irá organizar seus pensamentos, se expressar e se comunicar com os outros, mas também é pela linguagem que o sujeito constrói sua subjetividade, pois por meio da cultura, das representações, dos signos, das línguas e dos discursos aos quais está exposto que ele irá ver, nomear e organizar o mundo.

A construção da subjetividade do sujeito também está relacionada com o discurso uma vez que este articula a ideologia e a linguagem enquanto produção social. O discurso é uma peça fundamental para entender a relação entre linguagem e sujeito, pois está relacionado às ideologias sociais que serão apresentadas ao sujeito quando nasce, a partir de determinados contextos sócio-históricos e culturais e nos quais se insere ao longo da vida.

As ideologias presentes nos discursos influenciarão a forma com que o sujeito age, pensa e fala, já estando presentes no mundo, mas se alterando conforme os percursos social, histórico e cultural. A sociedade apresenta hierarquias sociais que tendem a dar visibilidade e legitimação a determinados discursos em detrimento de outros, justamente para que as ideologias presentes não sejam expostas e

questionadas pelos sujeitos. Nesse sentido, a linguagem também é compreendida como um mecanismo de poder, no qual as narrativas dominantes formadas pelos discursos de sujeitos que se encontram em posição de poder (dominação) tendem a deslegitimar e invisibilizar discursos de indivíduos pertencentes a grupos minoritários.

O conceito de lugar de fala conforme apresentado nesse artigo está relacionado com a visibilidade dos discursos. Enquanto conceito acadêmico, lugar de fala diz respeito à localização social do indivíduo que discursa, mas também questiona quais discursos de determinados grupos acabam ocupando um lugar de invisibilidade, sendo frequentemente deslegitimados e desvalorizados na sociedade.

O lugar de fala também é um importante tópico de discussão para compreender a relação linguagem e sujeito, mostrando a importância em dar espaço social visível para que os indivíduos tenham chance de se posicionar, defender e construir conhecimentos acadêmico e social sobre suas experiências enquanto membros de grupos minoritários, considerados vulneráveis justamente por ocuparem posições sociais invisibilizadas e marginalizadas. O conceito também está relacionado a dar espaço e voz aos sujeitos que estão expostos majoritariamente a discursos que não os representam, que ajudam na construção estereotipada e discriminatória, e que têm os espaços sociais visíveis negados socialmente.

Considerando a invisibilidade social dos discursos de grupos minoritários e que os discursos não podem ser considerados neutros, uma vez que são perpassados pelas ideologias presentes na sociedade, compreende-se que a sociedade se apresenta em uma hierarquia na qual as narrativas dominantes buscam invisibilizar e deslegitimar esses discursos para se manter em posição de poder uma vez que visibilizar essas vozes faria com que a sociedade corresse o risco de expor as ideologias vigentes.

A falta de espaços sociais de escuta dificulta a formação de uma sociedade igualitária e livre de violências. Inclusive, os discursos de ódio e estereotipados são mais socialmente visíveis do que os dos próprios sujeitos de grupos minoritários. Conforme apresentado brevemente na terceira seção, essa exposição pode fazer com que esses indivíduos internalizem esses discursos e conseqüentemente tenham prejuízos em sua vida social e pessoal.

Não sendo capazes de acessar lugares socialmente visíveis, os indivíduos de grupos minoritários também são submetidos a discursos de ódio. É importante

considerar também que, além dos discursos homofóbicos, existem discursos que produzem e reproduzem a transfobia, a bifobia e diversas outras discriminações LGBTI+, sendo importante compreender que estes grupos também possuem necessidade de visibilidade social para discursar sobre si e serem ouvidos.

Assim, a partir da problemática apresentada nesse artigo, é possível compreender a importância social de que indivíduos de grupos minoritários possam discursar sobre si mesmos, suas vivências, suas experiências e seus conhecimentos a partir de lugares sociais visíveis.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Victor Carvalho do; CADORIN, Fábio Bitencourt. Exclusão de minorias na sociedade pós-moderna: ferramentas foucaultianas de controle do discurso. IN: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Volta Redonda, RJ: 2017

BIRNER, Bett. Is it true that the language I speak shapes my thoughts? IN: **Linguistic Society of America**. 1999. Disponível em: <https://www.linguisticsociety.org>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora Brasiliense, 2º ed. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANÇA, Vera. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Revista Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, vol. 2, n. 7, p. 1-10, jul./dez, 2001.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. 1917. IN: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil, além do princípio do prazer e outros textos**. Editora Companhia das Letras, p. 179-187. 2010.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, vol. 2, n. 1, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Editora L&M Editores, 2011.

HENTZ, Maria Izabel de Bortoli. A formação do sujeito: tecendo uma compreensão. **Revista Linhas**, vol. 1, no 1, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Editora Jorge Zahar. 14º ed. 2001.

LONGO, Leila. **Linguagem e psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Jorge Zahar, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística?** Editora Brasiliense, 2ª ed. 2009.

PEREIRA, Artur Oriel. O que é lugar de fala. **Revista Leitura: Teoria e Prática**, Campinas, SP, vol. 36, n. 72, p. 153-156, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Editora Letramento, 2017.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. Editora Brasiliense, 16º ed. 1996.

SOUZA, Elizandra. A linguagem e seus efeitos na constituição do sujeito. IN: III **Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade**, 2012.

* Artigo recebido em 30 de abril de 2021,
aprovado em 08 de junho de 2021.